



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

23 DE JULHO DE 1975

MENSAGEM AO POVO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO, POR OCASIAO
DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL.

Como Chefe da Nação, congratulo-me com o povo do Estado do Rio de Janeiro pela promulgação da Constituição que vai reger os destinos dessa unidade federada. Cumpriu-se etapa essencial no processo de fusão, estabelecida na Lei Complementar de julho do ano passado. O novo Estado do Rio de Janeiro, pelas suas virtualidades, representa apoio decisivo ao progresso harmônico da Federação brasileira e se destina a promover, com o desenvolvimento econômico e social, a melhoria da qualidade da vida e a conseqüente elevação dos padrões de bem-estar de sua população.

Contam-se cariocas e fluminenses entre as populações mais capacitadas e laboriosas do país e podemos alimentar a certeza de que, conduzidos por governantes dedicados e probos, têm condições para tornar as potencialidades de hoje nas realidades de amanhã.

Por isso mesmo, o ato de promulgação da Constituição do Estado, ao invés de diminuir, aumenta a responsabilidade de quantos, pelo voto popular, integram, doravante, o que será a Assembléia Legislativa. Coube-lhes traçar as linhas mestras da composição e do funcionamento dos Poderes do Estado. Agora, passarão a tratar da rotina da administra-

ção, legislando para que o Executivo e o Judiciário possam bem desempenhar as funções que lhes competem. Mais do que antes, far-se-á sentir as solicitações do benefício político e até naturais inclinações pessoais, a que é preciso, sempre em quaisquer circunstâncias, sobrepor o interesse coletivo, a boa aplicação dos recursos que o contribuinte estadual entrega para o erário e o afiançamento, no espírito público, das instituições que nos regem e que queremos aprimoradas.

Não se dará esse aprimoramento, nem poderão as instituições resistir aos embates do mundo moderno, se não se contar com a rigorosa e consciente fidelidade daqueles a quem o povo, pela sua confiança, entregou a gestão da coisa pública. A conduta da Assembléia Constituinte, na feitura da Lei Maior do Estado, induz à persuasão de que essa confiança será merecida.

De fato, nos momentos em que foi preciso distinguir, escoimando a matéria constitucional do que não lhe era compatível, nem pela natureza, nem pelo objeto, mostraram-se os seus membros sensíveis aos apelos que se fizeram em nome do bem comum. Essa é a espécie de atitude que anima a trabalhar pelo aperfeiçoamento da vida pública e impõe, a cada um de nós, empenhar-se na austeridade da conduta pessoal, sem o que jamais se alcançará para o nosso povo a prática corrente e eficaz do autogoverno. Se é certo que se exerce ele através de representantes eleitos, não o é menos que do reto comportamento destes, de sua impessoalidade e hon-

radez de propósitos, decorrerão a respeitabilidade e o prestígio das instituições de Governo e de administração do país.

A tarefa de fazer renascer a província fluminense entra agora em nova fase. Elaboradas as normas que regerão a atividade de seus Poderes, cabe a cada um destes dedicar-se a promover o interesse público e o bem geral. Para esse fim, tem esse Estado contado e continuará a contar, até que a obra comum se complete, com o apoio do Governo federal. Ele o dá, por sem dúvida, tendo em vista o bem dessa Unidade da Federação e dos que a habitam. Mas o faz, sobretudo, visando ao interesse nacional, que impõe, nessa área de nosso imenso espaço territorial, se constitua Unidade forte pela economia, forte pela tranqüilidade social e pela sabedoria política.

Deve o Estado do Rio de Janeiro constituir-se em exemplo. É predestinado a essa obrigação pela sensibilidade nacional de sua gente, adquirida no longo lapso de tempo em que abrigou a Capital da República, e pela acolhida fraterna e sem distinções que dispensa a todos os que no Rio constituem o seu segundo lar. Isso o torna capaz de sentir e traduzir os anseios de todos os brasileiros, relevante papel político, cuja exteriorização, porém, depende de que os seus homens públicos se ponham à altura dos que, no passado, deram conceito e influência à província fluminense, bem servindo à Nação.

O país está voltado para o que se passa no Rio de Janeiro, ninguém se devendo fazer ilusões, porém,

de que é agora que se inicia o trabalho mais difícil e mais árduo. Exige ele harmonia de esforços entre os Poderes do Estado, unidos pelo só propósito de renovar as suas cidades e as zonas rurais, de recuperar a sua agricultura e impulsionar o seu progresso industrial, de zelar pela conservação de seu patrimônio natural — inclusive no que tem de rara beleza — e pela sábia utilização de seu espaço geográfico, segundo a vocação especial de cada zona. Somente um povo que já tenha atingido a grau avançado de civilização e de cultura, que busque o próprio aperfeiçoamento e escolha os mais capazes no seu seio para as funções de representação e Governo, pode aspirar a missão desse porte. Falando como brasileiro, confio em que os fluminenses e cariocas o farão. E, neste momento, renovo-lhes o meu compromisso de tudo empenhar, de meu trabalho pessoal e do prestígio de meu cargo, para que assim o seja.

A Revolução de Março, com a fusão dos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, deu solução há decênios almejada para um problema que não era simplesmente regional, mas de cunho nitidamente nacional.

Estou convencido de que a Revolução acertou, e disso prova eloquente foram a aceitação e a adesão notórias das populações dos dois antigos Estados à iniciativa unificadora.

O Altíssimo inspire sempre os homens públicos do Estado do Rio de Janeiro, para que sirvam ao povo com discernimento, espírito público e patriotismo.